

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2022 e constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da EY, os membros do Conselho Fiscal da X56 Assistência S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Barueri, 05 de abril de 2023.

Felipe Pascoal Baltazar
Presidente

Dante Cassiano Viana
Conselheiro

Rafael de Souza Carvalho
Conselheiro

Nerissa Neves Pereira Ferreira
Conselheira

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **X56 Assistência S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da X56 Assistência S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras dadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo

profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Murilo Morgante
Contador CRC-1SP280120/O-7



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/18D6-7F03-5482-C593> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 18D6-7F03-5482-C593



Hash do Documento

B941F48A16B8DA70DD2F1C6D10BE4494B646FBD29DFA3C590478AC0A580BEEA8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 07/04/2023 00:10 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2B10-6FB2-4087-09E5> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2B10-6FB2-4087-09E5



Hash do Documento

53407BB3155E68572CCD55F15B37A7994BE1C77555B3C53019B6D27FC7D2C46E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 07/04/2023 00:11 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



MARFIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 09.597.990/0001-35 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600, 14º andar, CEP: 04538-132 - São Paulo - SP - Telefone (11) 3018-7600

Relatório da Administração

Balancos patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Notas 31/12/2022 31/12/2021. Circulante, Não Circulante, Total do ativo circulante, Total do ativo não circulante, Total do ativo.

Demónstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Notas 31/12/2022 31/12/2021. Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações Gerais: A Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") foi constituída em 27 de Maio de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia possui como atividade preponderante o desenvolvimento e locação do Tietê Plaza Shopping, A Syn Prop e Tech S.A. é a Companhia responsável pela gestão das operações da Companhia, assumindo determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada para a sua gestão.

2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das informações do exercício da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Conforme previsto pelo item 4 do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a Companhia optou por não apresentar demonstrações consolidadas, pois sua controladora final, SYN Prop e Tech S.A., apresenta demonstrações financeiras consolidadas por requerimentos legais na mesma data base dessas demonstrações financeiras. A Companhia possui como controladora no percentual de 100%, a Tietê Administradora Ltda. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Principais práticas contábeis - 2.3.1. Uso de estimativas e julgamentos. A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e princípios que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos:

a) Vida útil das propriedades para investimentos: As estimativas de nossos ativos mantidos em propriedades para investimentos, são baseados em laudos técnicos, onde, estão fundamentadas a vida útil do bem. b) Provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas: As estimativas de provável, possível e remota, são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos a interpretação de cada jurisdição, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados. c) Perdas relacionadas a contas a receber: Adotamos como política a provisão para perda quando identificada uma incerteza significativa, usualmente, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

• Nivel 1: preços cotados (nos ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nivel 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nivel 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nivel 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 2.3.2. Aquisição e apropriação do resultado de locação de imóveis: São reconhecidas a locação de shopping centers são reconhecidas de acordo com o regime de competência. Composto as receitas temos a linearização das mesmas, o qual seguimos o CPC 6 - Arrendamentos(R2) para registros das receitas de aluguel e contas a receber. Com base neste método nossas receitas são linearizadas de acordo com os contratos de locações.

2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade rápida em dinheiro, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

• Nivel 1: preços cotados (nos ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nivel 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nivel 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nivel 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 2.3.4. Avaliação e apropriação do resultado de locação de imóveis: São reconhecidas a locação de shopping centers são reconhecidas de acordo com o regime de competência. Composto as receitas temos a linearização das mesmas, o qual seguimos o CPC 6 - Arrendamentos(R2) para registros das receitas de aluguel e contas a receber. Com base neste método nossas receitas são linearizadas de acordo com os contratos de locações.

2.3.5. Caixa e equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade rápida em dinheiro, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

• Nivel 1: preços cotados (nos ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nivel 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nivel 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nivel 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 2.3.6. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão utilizados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.3.7. A avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"). A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é registrada uma provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.9. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.10. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.12. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.13. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.15. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.16. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.17. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.18. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.19. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.20. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.21. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.22. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.23. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.24. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.25. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.26. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.27. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.28. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.29. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.30. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.31. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.32. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.33. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.34. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.35. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.36. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.37. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.38. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.39. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.40. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.41. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.42. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.43. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.44. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.45. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.46. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.47. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.48. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.49. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.50. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.51. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.52. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.53. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.54. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.3.55. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e debêntures, entre outros. A Companhia e sua controladora reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b. Ativos financeiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o custo de aquisição menos as provisões para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrentes de redução ao valor recuperável dos ativos. 2.3.56. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do ano do exercício anterior, tenha sido inferior a R\$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.57. Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que os benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Demónstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Notas 31/12/2022 31/12/2021. Receita Líquida, Custos, Lucro Bruto, Recargas (Despesas) Operacionais, Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro, Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, Lucro Líquido de Exercício, Resultados do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Demónstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais, Caixa e Equivalentes de Caixa, Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda (25%) e a contribuição social sobre o lucro (9%) são calculados de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Conforme facultado pela legislação fiscal, a Companhia optou pela sistemática de lucro presumido.

Demónstração do Resultado Abrangente Total do Exercício, Resultados do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

18. Resultado por Ação: O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

19. Instrumentos Financeiros - Estrutura de Gerenciamento de risco: A administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e aderência dos limites definidos.

20. Gestão do Capital Social: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando as condições econômicas atuais.

21. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventos sinistros considerando a natureza de sua atividade. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de definir os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

22. Eventos Subsequentes: Decisão STF efêcia da coisa julgada tributária: Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transiadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento do corte, em questões tributárias. A Companhia realizou uma avaliação e não foi identificado nenhum caso, que tenha efeito significativo sobre suas operações.

23. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventos sinistros considerando a natureza de sua atividade. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de definir os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

24. Valorização dos instrumentos financeiros: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: • Equivalentes de caixa, contas a pagar e fornecedores e outras obrigações e recebíveis de curto prazo, mensurados pelo custo amortizado, se aproximam do seu respectivo valor de mercado, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. • Os títulos e valores mobiliários são remunerados pelo CDI, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença significativa para o valor de mercado.

25. Categoria dos instrumentos financeiros: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, Classificação CPC 48.

26. Gestão do Capital Social: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando as condições econômicas atuais.

27. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventos sinistros considerando a natureza de sua atividade. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de definir os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

28. Eventos Subsequentes: Decisão STF efêcia da coisa julgada tributária: Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transiadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento do corte, em questões tributárias. A Companhia realizou uma avaliação e não foi identificado nenhum caso, que tenha efeito significativo sobre suas operações.

29. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventos sinistros considerando a natureza de sua atividade. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de definir os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

30. Eventos Subsequentes: Decisão STF efêcia da coisa julgada tributária: Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transiadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento do corte, em questões tributárias. A Companhia realizou uma avaliação e não foi identificado nenhum caso, que tenha efeito significativo sobre suas operações.

31. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventos sinistros considerando a natureza de sua atividade. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de definir os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

32. Eventos Subsequentes: Decisão STF efêcia da coisa julgada tributária: Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transiadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento do corte, em questões tributárias. A Companhia realizou uma avaliação e não foi identificado nenhum caso, que tenha efeito significativo sobre suas operações.

33. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventos sinistros considerando a natureza de sua atividade. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de definir os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

34. Valorização dos instrumentos financeiros: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: • Equivalentes de caixa, contas a pagar e fornecedores e outras obrigações e recebíveis de curto prazo, mensurados pelo custo amortizado, se aproximam do seu respectivo valor de mercado, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. • Os títulos e valores mobiliários são remunerados pelo CDI, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença significativa para o valor de mercado.

35. Categoria dos instrumentos financeiros: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, Classificação CPC 48.

36. Gestão do Capital Social: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando

...continuação

MARFIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Redução do valor recuperável das propriedades para investimento.* Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de propriedades para investimento, que é registrado ao valor de custo, deduzido das depreciações acumuladas, totalizava R\$ 381.847 mil. A Companhia suporta a realização desses ativos por meio de estimativas de suas rentabilidades futuras e geração de caixa, preparadas pela Administração, com base em seu julgamento e suportada pelo plano de negócios e orçamento, aprovados pelos órgãos de governança corporativa. Tais estimativas são preparadas e revisadas internamente de acordo com a estrutura de governança da Companhia. Devido à materialidade dos saldos, bem como à utilização de premissas internas subjetivas e de mercado para definição do valor recuperável dos ativos, o que envolve julgamento pela diretoria, o assunto foi considerado área de foco de nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia em relação à elaboração e às revisões dos testes do valor recuperável dos ativos; (b) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela diretoria; (c) a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das principais premissas utilizadas na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Administração da Companhia e comparando com informações externas de mercado, bem como com as próprias premissas aprovadas pela Administração na elaboração de seu plano de negócios e com outras estimativas efetuadas pela Companhia; (d) a verificação da exatidão dos cálculos matemáticos das projeções; (e) a comparação da assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento das projeções de fluxo de caixa; (f) a comparação do valor recuperável adotado pela Diretoria, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil das propriedades para investimento; e (g) a avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os procedimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos: *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.* As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de março de 2022, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 31 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
 Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8
Ribas Gomes Simões - Contador - CRC nº 1 SP 268690/O-0

Deloitte



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/30A9-398D-45F8-7D23> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 30A9-398D-45F8-7D23



Hash do Documento

1CCC18908E87D67DC638353B3E03B846521D443651D829C6385C2FC80C8E0657

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 07/04/2023 00:12 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D68F-E85C-127B-E8B7> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D68F-E85C-127B-E8B7



Hash do Documento

DBA7AF142A748BB8FBF363C4905C5F8469EE4DCBC26610B5A517FC7209126D53

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 07/04/2023 00:17 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



Senhores Acionistas. Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, assim como o balanço patrimonial consolidado, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Verde Asset Management S.A. e a Verde Serviços Internacionais S.A. (em conjunto, "Verde Asset") adotam uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com viés fundamentado.

talista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Asset possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas intensamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidades nas decisões. Em 31 de dezembro de 2022, a Verde Asset possuiu R\$ 32,23 bilhões (2021 - R\$ 40,61 bilhões) de ativos sob gestão.

Destacamos da periodicidade: • **Receitas Operacionais:** Em 2022 as receitas operacionais auferidas pela Verde Asset passaram a ser compostas pelas: (a) taxa de Administração, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada fundo, é calculada e deduzida diariamente do patrimônio líquido do fundo. O total da

taxa de administração correspondeu a R\$ 527.330 mil (2021 - R\$ 684.389 mil), e (b) Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no fundo, sendo equivalente a um percentual aplicado sobre a valorização da cota de cada fundo que exceder 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de administração foi calculado diariamente sobre o valorização do fundo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, no respectivo caso, e que ocorreu primeiro na avaliação das cotas e apresentado rentabilidade inferior à variação do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja compensada a diferença negativa

entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no período correspondeu a R\$ 2.108 mil (2021 - R\$ 112.827 mil). • **Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2022 totalizaram R\$ 19.384 mil (2021 - R\$ 10.385 mil), tendo sido originadas por operações comprometidas com lastro em DT aplicadas junto ao Itaú Unibanco S/A, com as demonstrações financeiras analisadas e aprovadas por meio de lastro em títulos públicos. • **Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totais foram de R\$ 176.877 mil (2021 - R\$ 199.075 mil), sendo R\$ 19.697 mil (2021 - R\$ 28.987 mil) referentes a despesas administrativas, R\$ 154.733 mil (2021 - R\$ 168.518 mil) de despesas com pessoal, R\$ 1.313 mil (2021 - R\$ 340 mil) de despesas de de-

preciação e amortização e R\$ 1.074 mil (2021 - R\$ 1.230 mil) de despesas tributárias. • **Impostos:** Imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 110.765 mil (2021 - R\$ 179.438 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. • **Resultado do Exercício:** Apresentou um lucro líquido de R\$ 201.163 mil (2021 - R\$ 341.071 mil). **Auditoria Independente:** Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras analisadas e aprovadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram prestadas à Verde outros serviços pelos seus auditores independentes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

ATIVO	Nota	Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	3	160.110	160.110	212.755	321.968
Contas a receber	4	-	-	11.230	18.652
Dividendos a receber	5	57.658	110.315	-	-
Despesas antecipadas	-	-	-	1.584	1.615
Não circulante	6	2	1	618	545
Créditos tributários	7	5.894	5.894	58.937	49.689
Depósitos judiciais	10	-	-	43.154	32.911
Investimentos	5	5.894	5.894	-	-
Ativos de direito de uso	7	-	-	10.130	10.254
Imobilizado	8	-	-	5.593	6.434
Intangível	8	-	-	60	100
Total do ativo	63.714	116.370	285.164	392.479	499.403

PASSIVO	Nota	Controladora				Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Contas a pagar	9	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
e previdenciárias	9.1	-	-	-	-	105.761	123.389	-	-
Obrigações fiscais	9.2	-	-	-	-	56.190	103.016	-	-
Dividendos a pagar	11.3	57.624	110.279	57.624	110.279	-	-	-	
Não circulante	10	-	-	59.095	48.914	-	-	-	-
Passivo sobre garantias	-	-	-	-	-	375	367	-	-
Passivos de arrendamento	7	-	-	11.170	10.641	-	-	-	-
Patrimônio líquido	11	6.090	6.090	6.090	6.090	-	-	-	-
Capital social	5.000	5.000	5.000	5.000	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	1.090	1.090	1.090	1.090	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	63.714	116.370	285.164	392.479	499.403	6.090	6.090	6.090	6.090

Demonstração do resultado		Controladora		Consolidado	
Exercícios findos em 31 de dezembro		31/12/2022		31/12/2021	
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		2022	2021	2022	2021
Receitas com prestação de serviços	4	-	-	529.438	797.216
(a) Impostos e contribuições sobre serviços prestados	-	-	-	(58.589)	(87.824)
Receita operacional líquida (despesas operacionais)	12	-	-	470.849	709.392
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	201.163	341.071	311.928	520.509	
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	-	-	(110.765)	(179.438)
Lucro líquido do exercício	201.163	341.071	201.163	341.071	
Ações do capital social ao final do exercício	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	
Lucro por ação do capital social ao final do exercício - R\$	40,23	68,21	40,23	68,21	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020			5.000	1.000	90	-	6.090
Lucro líquido do exercício			-	-	90	341.071	341.071
Dividendos pagos	11.3	-	-	-	-	(230.792)	(230.792)
Dividendos propostos	11.3	-	-	-	-	(110.279)	(110.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.000	1.000	90	6.090	6.090	6.090	
Lucro líquido do exercício			5.000	1.000	90	201.163	201.163
Dividendos pagos	11.3	-	-	-	-	(143.539)	(143.539)
Dividendos propostos	11.3	-	-	-	-	(57.624)	(57.624)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.000	1.000	90	6.090	6.090	6.090	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020			5.000	1.000	90	-	6.090
Lucro líquido do exercício			-	-	90	341.071	341.071
Dividendos pagos	11.3	-	-	-	-	(230.792)	(230.792)
Dividendos propostos	11.3	-	-	-	-	(110.279)	(110.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.000	1.000	90	6.090	6.090	6.090	
Lucro líquido do exercício			5.000	1.000	90	201.163	201.163
Dividendos pagos	11.3	-	-	-	-	(143.539)	(143.539)
Dividendos propostos	11.3	-	-	-	-	(57.624)	(57.624)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.000	1.000	90	6.090	6.090	6.090	

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		Controladora	Consolidado
Exercícios findos em 31 de dezembro		31/12/2022	31/12/2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		2022	2021
Resultado operacional	201.145	341.065	283.972
Despesas administrativas	12	(103)	(117)
Despesas com pessoal	13	-	-
Despesas com depreciação e amortização	-	-	-
Despesas tributárias	(1)	(1)	(1)
Resultado operacional líquido	201.145	341.065	283.972
Imposto de renda e contribuição social	14	18	6
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	201.163	341.071	283.972
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	-	-
Lucro líquido do exercício	201.163	341.071	201.163
Ações do capital social ao final do exercício	5.000.000	5.000.000	5.000.000
Lucro por ação do capital social ao final do exercício - R\$	40,23	68,21	40,23

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto operacional: A Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 19.853.465/0001-13, constituída em 26 de fevereiro de 2014 e é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. A Companhia participa como controladora direta nas seguintes empresas:

As operações entre as partes relacionadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as partes relacionadas foram eliminados. As partes relacionadas da Companhia não são consideradas em sua demonstração financeira consolidada. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros; (iii) híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.1.5. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado líquido, mensurados ao custo menos ajustes por imparidade e mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, em vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que dispunha sobre a classificação e a mensuração de instrumentos

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3A9B-32C5-CE7B-1916> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3A9B-32C5-CE7B-1916



Hash do Documento

45916165C0952221746BBDA88BEB731C6477017386423C87DEA04CDCD075B2E1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 07/04/2023 00:18 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



* continuação

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia não identificaram indícios de *impairment* para os ativos imobilizados.

	Notas Explicativas da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										
	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Terrenos	Veículos	Custo de Serviço	Obras em andamento	2022	2021
Saldo no início do exercício											
Custo	1.645.262	112.554	4.620	36.973	137	168	551	6.691	26.545	1.833.501	1.806.419
Depreciação acumulada	(335.187)	(18.109)	(720)	(4.018)	(43)	—	(105)	(384)	—	(358.566)	(282.825)
Saldo líquido no início do exercício	1.310.075	94.445	3.900	32.955	94	168	446	6.307	26.545	1.474.935	1.523.594
Adições	—	46	—	—	—	—	—	—	11.788	11.834	32.585
Remensurações (i)	—	—	—	(19.960)	—	—	—	—	—	(19.960)	—
Baixas	—	(84)	—	—	—	—	—	—	(91)	(175)	(5.439)
Depreciação	(70.722)	(4.087)	(144)	(1.126)	(8)	—	(79)	(1.091)	—	(77.257)	(75.741)
Transferências (ii)	(6)	21.482	577	—	—	—	—	(22.088)	(35)	(44)	—
Saldo no final do exercício	1.239.347	111.802	4.333	11.869	86	168	367	5.216	16.154	1.389.342	1.474.935
Custo	1.645.266	133.998	5.197	17.013	137	168	551	6.691	16.154	1.828.165	1.833.501
Depreciação acumulada	(405.909)	(22.196)	(864)	(5.144)	(51)	—	(147)	(384)	—	(433.223)	(358.566)
Saldo líquido no final do exercício	1.239.347	111.802	4.333	11.869	86	168	367	5.216	16.154	1.389.342	1.474.935
Taxas médias anuais de depreciação - %	4	4	3	3	6	15	3	3	16,154	1,389,342	1,474,935

(i) Refere-se a renormatização realizada na classe de "desmobilização de ativos", vide detalhes conforme demonstrado na nota 12.
(ii) Transferências realizadas da classe de "Obras em andamento" do imobilizado para a classe de "Softwares" do intangível.

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Política contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Circulante		Não circulante		Total	Valor Justo	
				Principal	Total	Principal	Total			
Debêntures	IPCA + 6,99%	5.948	(457)	3.174	8.665	(3.925)	185.158	181.233	189.898	195.626

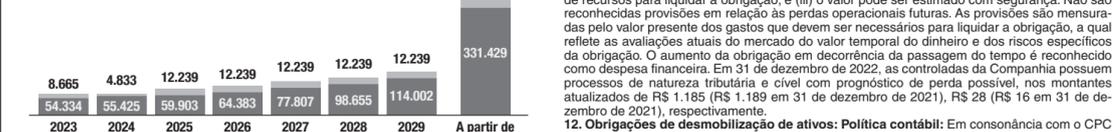
Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Circulante		Não circulante		Total	Valor Justo	
				Principal	Total	Principal	Total			
Debêntures	IPCA + 6,99%	5.735	(457)	2.000	7.278	(4.382)	178.030	173.648	180.926	191.850

Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Circulante		Não circulante		Total	Valor Justo	
				Principal	Total	Principal	Total			
BNDES	TJLP + 2,80%	3.388	(5.869)	58.815	54.334	(50.835)	846.570	801.604	858.398	731.370
Debêntures	IPCA + 6,99%	5.948	(457)	3.174	8.665	(3.925)	185.158	181.233	189.898	195.626
		9.336	(6.326)	59.989	62.999	(48.891)	1.031.728	982.837	1.048.836	926.996

Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Circulante		Não circulante		Total	Valor Justo	
				Principal	Total	Principal	Total			
BNDES	TJLP + 2,80%	3.388	(5.869)	58.815	54.334	(50.835)	846.570	801.604	858.398	731.370
Debêntures	IPCA + 6,99%	5.735	(457)	2.000	7.278	(4.382)	178.030	173.648	180.926	191.850
		9.016	(6.327)	49.523	52.212	(55.217)	1.024.745	1.019.528	1.071.740	982.852

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(b) Perfil de vencimento:



Modalidade	Garantias	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
BNDES	Garantia corporativa pela Auren Energia S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	180.926	167.646	1.071.740	1.097.749
Debêntures	Garantia corporativa pela Auren Energia S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	17	12.930	92.525	84.695
	Penhor dos ativos e ações;	17	10.365	17.075	17.167
	Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.	—	—	(7)	(13)
	Garantia Fidejussória prestada pelas SPES;	17	458	457	6.334
	Penhor dos ativos e ações;	(12.717)	(11.684)	(91.740)	(83.536)
	Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.	(2.064)	(4.648)	(50.070)	(50.680)
	Penhor dos ativos e ações;	189.898	180.926	1.045.836	1.071.740

(c) Condições restritivas: Os empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) financeiros e não financeiros, sob pena de antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Em relação às condições restritivas, as condições de obrigação de natureza financeira da Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) em 1,2 vezes, apurado a cada encerramento de exercício. Vide a seguir, quadro com a composição do ICSD em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	48.261	(128.726)
Imposto de renda e contribuição social	55.598	9.635
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos	103.859	(119.121)
(+) Resultado financeiro líquido	85.946	102.008
(+) Depreciação e amortização	77.395	75.872
EBITDA	267.200	58.759
(-) Imposto de renda e contribuição social	(55.598)	(9.605)
Geração de caixa da atividade [a]	211.602	49.154
Serviço de dívida [b]	(141.810)	(134.216)
(-) Pagamento de juros	(91.740)	(83.536)
(-) Pagamento de principal	(50.070)	(50.680)
Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - ICSD [a]/[b]	1,49	0,37

Em 2021, a Companhia obteve waiver dos credores pelo não atingimento do ICSD mínimo de 1,20 ocasionado, substancialmente, pelo incidente da subestação coletoira que interliga as empresas do complexo Ventos do Araripé III. A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses incidentes de forma sistemática e constante, para que todas as condições sejam rigorosamente atendidas.

10. Provisão de ressarcimento: Política contábil: A conta de provisão de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia". A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes critérios é realizada mensalmente. (a) **Ressarcimento:** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente à aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente à aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ciclo de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ciclo de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente à aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) E uma penalidade, equivalente à aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês do próximo ano contratual de segurança de parcelas mensais emitidas pelas controladas a CCEE. **Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada no final de cada quadrênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadrênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita mensal. Em ambos os casos, o número de parcelas mensais ou a dedução do montante a ser deduzido a partir do segundo mês

Notas Explicativas da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, empréstimos, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados. **19.2 Demonstrativo da análise de sensibilidade:** Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez - conta reserva e empréstimos, financiamentos e debêntures são taxas de juros CDI, TJLP e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas. Os cenários em 31 de dezembro de 2022 estão descritos abaixo: **Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2022, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2023; **Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2022; **Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2022.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Impactos no resultado								
				de 31/12/2022	do cenário I	-25%	-50%	25%	50%			
Taxas de juros												
CDI 13,65%	Equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva	548.661	BRL mil	-1 bps*	(68)	(18.723)	(37.446)	18.723	37.446			
IPCA 5,79%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	194.280	BRL mil	-29 bps*	563	2.812	5.624	(2.812)	(5.624)			
TJLP 7,37%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	906.773	BRL mil	17 bps*	(1.542)	16.707	33.415	(16.707)	(33.415)			

Fatores de risco

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Impactos no resultado								
				de 31/12/2022	do cenário I	-25%	-50%	25%	50%			
CDI 13,65%	Equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva	24.725	BRL mil	-1 bps*	(68)	(844)	(1.687)	844	1.687			
IPCA 5,79%	Debêntures (i)	194.280	BRL mil	-29 bps*	563	2.812	5.624	(2.812)	(5.624)			

Controladora

Choque nas curvas

Cenário I

Cenários II & III

Impactos no resultado

de 31/12/2022

do cenário I

-25%

-50%

25%

50%

Fatores de risco

Natureza da operação

Saldo

Unidade

de 31/12/2022

do cenário I

-25%

-50%

25%

50%

CDI 13,65%

IPCA 5,79%

Equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva

24.725

BRL mil

-1 bps*

(68)

(844)

(1.687)

844

1.687

Debêntures (i)

194.280

BRL mil

-29 bps*

563

2.812

5.624

(2.812)

(5.624)

Diretoria

Mario Antonio Bertoncini - Diretor Presidente

Marcia Maria Cunha - Diretora Vice-Presidente

Contador

Felipe Andreatta da Silva - CRC PR - 067.252/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porque é um PAA

Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente e do contrato de leilão de energia - LER e LEN

Conforme descrito nas notas explicativas 10 e 15 a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de reserva ("LER") e Contrato de Leilão de Energia Nova ("LEN"). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), bem como ressarcir anualmente e quadrialmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada. Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, refere-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como utilização de premissas críticas para estimar essas receitas, e consequentemente a provisão para ressarcimento decorrente dos contratos de leilão, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quadrialmente conforme estipulado em contrato. Pelo exposto acima, consideramos esta área como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER e LEN. Também realizamos: (i) reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos controles internos, com as informações de energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; (ii) confronto dos preços de venda praticados pela Companhia com os preços disponibilizados nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; (iii) comparação das receitas entregues pela Companhia com os montantes de receita contratada; e (iv) revisão do cálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato. Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o ressarcimento da receita e mensuração do valor da provisão de ressarcimento da energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das Demonstrações financeiras.

São Paulo, 31 de março de 2023

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador - CRC 1SP196994/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C040-D428-3CEA-855F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C040-D428-3CEA-855F



Hash do Documento

61664EF711C7F6AE16A22E6FAAFBCA88769645C1FB86D88577184F09B20A7DAA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 07/04/2023 00:19 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

CNPJ: 15.674.478/0001-74

Relatório da Administração - Demonstrações Financeiras

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado. São Paulo, 07 de abril de 2023

A Diretoria

Balanco Patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Ativo (Circulante, Não circulante) and Passivo e patrimônio líquido (Patrimônio líquido, Não circulante).

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota, Capital social, Legal, Retenção, Lucros acumulados, Patrimônio Líquido. Rows include Em 1º de janeiro de 2021, Total resultado abrangente do exercício, and Em 31 de dezembro de 2021/2022.

Reserva de lucros

Table with columns: Nota, Capital social, Legal, Retenção, Lucros acumulados, Patrimônio Líquido. Rows include Em 1º de janeiro de 2021, Total resultado abrangente do exercício, and Em 31 de dezembro de 2021/2022.

Notas explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Considerações gerais: A Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 22 de dezembro de 2011. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas. A Companhia é controlada direta pela holding Auren Energia S.A. ("Auren"). A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas na cidade de Curral Novo do Piauí, PI, com capacidade instalada total de 205,8 MWp, por meio de suas investidas. As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões providos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação. As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Table with columns: Eólica, Eólica (EOL), MME. Rows include Ventos de São Viniçius Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A., Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB: 3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia. As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: Pronunciamentos alterados Natureza da alteração CPC 27 - Imobilizado Prover guidance para a contabilização de transações que envolvam a venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para seu uso pretendido. Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato mais recente emitida em 2021.

3.2 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia. As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023: CPC 15 - Combinação de negócios Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2021.

3.3 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia. As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023: CPC 50 - Contratos de seguros Adoção inicial. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e aplicações nas divulgações de políticas contábeis. Prover guidance sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis. Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas. A Companhia e suas controladas estão analisando as emendas às normas contábeis mencionadas acima a fim de avaliar possíveis impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas nas seguintes informações:

Nota Estimativas e julgamentos significativos 6 Contas a receber 8 Imobilizado 9 Intangível 11 Provisões de ressarcimento 12 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

5. Caixa e equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva Política contábil: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2022, os equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva possuem taxa média de remuneração entre 100,00% e 101,90% do CDI (97,95% e 100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Demonstração do Resultado

Table with columns: Nota, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Exercícios Findos em 31 de Dezembro, Lucro líquido do exercício, Resultado de participações societárias, Resultado financeiro líquido, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Demonstração do Resultado Abrangente

Table with columns: Nota, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Exercícios Findos em 31 de Dezembro, Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Total do resultado abrangente do exercício.

Qualidade de créditos dos ativos financeiros

Table with columns: Nota, 2022, 2021, 2022, 2021. Rows include Caixa e bancos, Equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - Conta reserva (ii).

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, substancialmente, ao Fundo Aquilae. As operações são compostas por operações compromissadas e títulos públicos. (ii) Os empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida.

5.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros: A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez - conta reserva:

Table with columns: Controladora, Consolidado, Rating local, Rating local. Rows include AAA, AA, A, Sem rating.

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, substancialmente, ao Fundo Aquilae. As operações são compostas por operações compromissadas e títulos públicos. (ii) Os empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida.

Política contábil: Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. Leilão de Energia: representados por conta a receber de distribuidoras no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, no leilão de LEN. Contratos bilaterais: representados por contas a receber de consumidores industriais e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre. Energia de curto prazo - CCEE: o saldo a receber decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao PLD, podendo representar um valor a receber ou a pagar.

(a) Composição: Leilão de Energia LEN 25.437 24.438 Contratos bilaterais - partes relacionadas (Nota 13) 1.473 1.909 Energia de curto prazo - CCEE 17 87 26.927 26.434

(b) Vencimento contas a receber: Consolidado 2022 2021 A vencer 26.910 26.347 Vencidos até 3 meses 17 87 26.927 26.434

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

7 Investimentos Política contábil: Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada. Para ser classificada como entidade controlada em conjunto, deve existir acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Política contábil: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzida da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente

(a) Composição e movimentação: Consolidado Máquinas e Equipamentos 2022 2021 Edifícios e construções de ativos 47.595 45.677 Desmobilização de ativos 19.527 (17.595) Móveis e utensílios 1.281 - Veículos 77 30 Custo de aquisição 843.300 40.999 1.112.661 57.806 Depreciação acumulada (269.631) (16.807) (8.393) (3.213) Saldo líquido no final do exercício 843.030 40.999 40.115 8.863 Taxas médias anuais de depreciação - % 5 5 3 3

(i) Referir-se à remensuração realizada na classe de "Desmobilização de ativos", vide detalhes conforme demonstrado na nota 12. (ii) O saldo refere-se a transferências realizadas da classe de "Obras em andamento" do imobilizado para as classes de "Softwares" e "Direitos de exploração e de recursos naturais" do intangível.

Política contábil: Direitos de exploração: Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo do período de concessão. Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. Softwares: As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos. (a) Composição e movimentação: Consolidado Direitos de exploração e de recursos naturais Software 2022 2021 Saldo no início do exercício 44.761 142 44.903 44.852 Amortização acumulada (7.459) (57) (7.516) (6.205) Saldo líquido no início do exercício 37.302 85 37.387 38.647 Adições - - - - 2 Amortização (1.279) (33) (1.312) (1.311)

Política contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures Política contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

continua

continuação

Notas Explicativas das Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Composição:

Table showing financial data by modality (BNDES, Debentures) and type of expense (Encargos anuais médios, Custos de captação) across different periods.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social... IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.



(c) Movimentação: Table showing movement of capital (Saldo no início, Captações, Liquidações) for BNDES and Debentures.

(d) Garantias: Table detailing various guarantees and their associated values.

(e) Desmobilização de ativos: Table showing the breakdown of assets and their financial impact.

Table showing income tax (Lucro do exercício) and other financial metrics.

11. Provisão de ressarcimento: Política contábil: A conta de provisão de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos...

Table showing RPP (Recursos Próprios) for BNDES and Debentures, including interest and amortization.

(a) Controladora: Table showing assets, liabilities, and equity for the parent company.

(b) Consolidado: Table showing consolidated financial data across various categories.

(l) Refere-se à operação de alienação de participação nas controladas Ventos de Santa Albertina e Ventos de São Adeodato, ocorrida em 2020.

14. Patrimônio líquido (a) Capital social: É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido...

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social...

Política contábil: A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPCC 47...

Table showing depreciation and amortization (Depreciação e amortização) for various assets.

17 Resultado financeiro líquido Política contábil: Compreendem os valores de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e sobre aplicações financeiras...

Table showing interest income (Receitas financeiras) from various financial instruments.

18. Imposto de renda e contribuição social Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuições correntes e diferidos...

Table showing income tax and social contributions (Receitas de Venda, Recreitas de Carbono, etc.)

(a) Risco de crédito: As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissoras...

(b) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia...

Table showing liquidity risk metrics (Até 1 ano, Entre 1 e 3 anos, etc.)

Table showing debt maturity analysis (Ativo, Passivo, Serviços) for BNDES and Debentures.

Passivos Ao custo amortizado Empréstimos, financiamentos e debêntures...

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell'Agnolo Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4DC5-61C1-37C4-2B01.

Notas Explicativas da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Impactos no resultado						
				Cenário I		Cenários II & III				
				Choque nas curvas de	Resultados	-25%	-50%	25%	50%	
Taxas de juros	Equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva	198.841	BRL mil	-1 bps*	(25)	(6.785)	(13.571)	6.785	13.571	
CDI 13,65%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	137.269	BRL mil	29 bps*	398	1.987	3.974	(1.987)	(3.974)	
IPCA 5,79%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (j)	631.620	BRL mil	17 bps*	(1.074)	11.638	23.275	(11.638)	(23.275)	
TJLP 7,37% (j) Valores não contemplam custos de captação. *basis point										
20 Seguros: A controladora Auren mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites compartilhados entre as demais controladas do grupo. O limite máximo de indenização acompanha o grau de risco de cada seguradora, sendo a apólice patrimonial limitada a R\$ R\$ 876.873.										
Modalidade Patrimonial										
Principais coberturas Danos Materiais e Lucros Cessantes até junho/2023										
Vencimento até junho/2023										
Contador										
Mário Antonio Bertoncini - Diretor				Marcia Maria Cunha - Diretora				Felipe Andreata Silva - CRC PR 067.252/O-7		
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas										
<p>Aos Administradores e Acionistas</p> <p>Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p>Porque é um PAA</p> <p>Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente e do contrato de leilão de energia - LER e LEN</p> <p>Conforme descrito nas notas explicativas 11 e 15 a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de Reserva ("LER") e Contrato de Leilão de Energia Nova ("LEN"). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada. Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, refere-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como utilização de premissas críticas para estimar essas receitas, e consequentemente a provisão para ressarcimento decorrente dos contratos de leilão, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quadrienalmente conforme estipulado em contrato. Pelo exposto acima, consideramos esta área como foco em nossa auditoria.</p> </div> <div style="width: 45%;"> <p>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento e teste dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER e LEN. Também realizamos: i) reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; ii) confronto dos preços de venda praticados pela Companhia com os preços disponibilizados nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; iii) comparação das receitas entregues pela Companhia com os montantes de receita contratada; e iv) revisão do cálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato. Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o ressarcimento da receita e mensuração do valor da provisão de ressarcimento da energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das Demonstrações Financeiras.</p> </div> </div> <div style="text-align: right; margin-top: 10px;"> <p>São Paulo, 31 de março de 2023</p> <p>DWC PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5</p> <p>Carlos Eduardo Guaraná Mendonça Contador - CRC - 1SP19694/O-2</p> </div>										

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4DC5-61C1-37C4-2B01> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4DC5-61C1-37C4-2B01



Hash do Documento

B11026375685FA45246ED9874AFC9EEB59C76BB8B0CB1B2285286919742FAFA7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 07/04/2023 00:20 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/79DF-6A70-991A-9B68> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 79DF-6A70-991A-9B68



Hash do Documento

C83720C8645497195474F926E8CEAE03E94E356982F07775DEAE8B4B7E5E08C7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 07/04/2023 00:21 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/44A5-C42A-483C-1355> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 44A5-C42A-483C-1355



Hash do Documento

42ECB3EE3926162FE0AB9B0944030AAE3FB5851009BEC5FAF61AFCEA81EDC188

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 07/04/2023 00:21 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

